



A eurodeputada pelo PSD diz que a Europa mostrou que estava bem preparada na parte técnica da negociação, mas não na parte política

A Cimeira de Copenhaga – uma nova ordem mundial

Maria da Graça Carvalho

A Conferência de Copenhaga (COP 15) terminou com um resultado longe do esperado. Os 194 países membros da Convenção 'tomaram nota' de um documento arquitectado pelos EUA, China, Índia, Brasil e África do Sul. Os objectivos estabelecidos são pouco claros e não-vinculativos. No entanto, Copenhaga representou muito mais do que uma Cimeira do Clima. Jogou-se aí uma nova correlação de forças a nível mundial e o papel do multilateralismo do sistema da ONU. Confrontaram-se diferentes concepções do desenvolvimento e o interesse global *versus* soberania nacional.

Foi notória a influência crescente dos países emergentes, como a China, o Brasil, a Índia e a África do Sul, que, se juntaram aos EUA para a redacção de um documento que serviu de base às discussões que resultaram no Acordo de Copenhaga, num processo completamente diferente do normalmente seguido nas negociações das Nações Unidas. O texto deparou com a indignação de muitos países, especialmente dos pequenos Estados insulares e países africanos, contra um processo em que as decisões são impostas pelas grandes potências em vez de discutidas e partilhadas por todas as partes.

A Conferência de Copenhaga demonstrou a fraqueza do sistema 'onusiano' nas discussões sobre alterações climáticas e o desenvolvimento mundial. A condução do processo negocial foi já criticada por diversos países. Os próximos meses serão decisivos para restabelecer a credibilidade do processo e ganhar o *momentum* perdido em Copenhaga.

Outro facto significativo prende-se com a presença do Presidente Obama, que impôs a vontade da América nos trabalhos da conferência. O Presidente Obama apontou a necessidade de um acordo não-vinculativo envolvendo todos os países grandes emissores e com três pontos fundamentais: transparência, acções de mitigação e financiamento aos países em desenvolvimento.

De destacar também o papel da China que se opôs ao escrutínio internacional das acções de mitigação, alegando questões de soberania. O Brasil também desempenhou um papel muito maior que nas anteriores COP, merecendo o Presidente Lula um dos maiores aplausos de toda a COP, tendo afirmado a abertura do Brasil para ajudar financeiramente os países mais pobres.

A Europa tinha todas as condições para liderar e brilhar em Copenhaga; mas mostrou que estava muito bem preparada na parte técnica da negociação

mas não na parte política. A Europa deveria ter preparado alianças fortes. Os países mais atingidos pelas alterações climáticas, como os países africanos e os pequenos Estados insulares, estão com a UE nesta luta.

Finalmente, a Conferência de Copenhaga mostrou que é preciso repensar o papel da Europa no mundo, em que um acordo tão importante para o futuro da humanidade e numa área em que somos líderes e pioneiros, se desenha praticamente sem a nossa contribuição. Os próximos meses são cruciais para a UE. Será necessário utilizar as possibilidades oferecidas pelo Tratado de Lisboa para preparar o caminho até à próxima Conferência sobre o Clima, na cidade do México: com ambição, falando a uma só voz, fazendo alianças estratégicas.

Na luta contra as alterações climáticas, a Europa também tem uma tarefa grande pela frente: aplicar toda a legislação aprovada; investir nas tecnologias limpas, na investigação científica e na eficiência energética; apostar numa nova política industrial baseada na eficiência dos recursos naturais e na inovação; promover uma política de cidades de baixo carbono, de transportes e mobilidade sustentável. Não queremos voltar a ouvir o Presidente Obama dizer que os Estados Unidos só se comprometem com o que podem cumprir e que alguns países signatários de Quioto continuaram a aumentar as suas emissões para além dos limites acordados. Se não fosse muita presunção da nossa parte, até poderíamos pensar que o Presidente Obama se estava a referir a Portugal...

